

RESOLUÇÃO Nº 383/67

Resolve alterar a redação do Regulamento dos Congressos Nacionais de Trânsito.

O Conselho Nacional de Trânsito, no uso de suas atribuições e

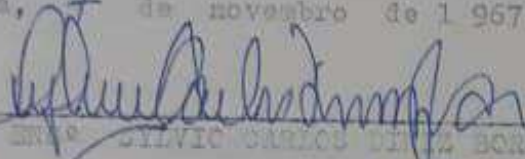

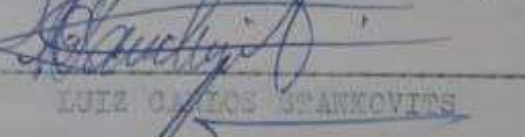
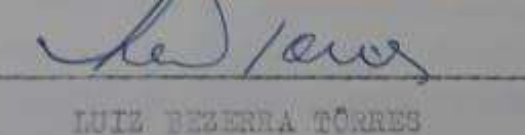

Considerando o estabelecido na Resolução nº 382/67, que decidiu pela realização do IV Congresso Nacional de Trânsito em Belo Horizonte, em 15 de janeiro de 1968,

Considerando a necessidade e conveniência de simplificar e atualizar a redação do Regulamento dos Congressos Nacionais de Trânsito,

RESOLVE,

aprovar a proposta da Secretaria deste Conselho de alteração da redação do mesmo Regulamento, passando a vigorar a que se anexa a esta Resolução.

Brasília, 7 de novembro de 1967

	Presidente
	Conselheiro
	Conselheiro
	Conselheiro
	Conselheiro

D.O. 14-12-67

REGULAMENTO

CONGRESSOS NACIONAIS DE TRÂNSITO

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Os Congressos Nacionais de Trânsito visam a promover e coordenar os estudos e soluções concernentes a temas de caráter técnico e administrativo, suscitados no âmbito dos serviços de Trânsito.

CAPÍTULO II

DA PROMOÇÃO

Art. 2º. Compete ao Conselho Nacional de Trânsito promover os Congressos, com a colaboração do Conselho Estadual de Trânsito e demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito do local onde os mesmos se realizarem.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 3º. A Comissão Organizadora será constituída dos seguintes membros:

- a) -Presidente do Conselho Nacional de Trânsito;
- b) -Presidente do Conselho Estadual de Trânsito;
- c) -Diretor do Departamento Estadual de Trânsito;
- d) -Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem;
- e) -Chefe do Distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;
- f) -Secretário Geral do Congresso.

Art. 4º. Compete à Comissão Organizadora:

- a) propor o temário em face das conclusões do Congresso anterior e dos assuntos de caráter técnico ou administrativo de interesse do Sistema Nacional de Trânsito;
- b) propor o programa do Congresso, de acordo com os :
...

D.O. 1A-10-67

com os entendimentos havidos com os Governos do Estado e cidade onde deva realizar-se o certame;

c) aprovado que seja esse programa, pelo Conselho Nacional de Trânsito, expedí-lo as autoridades ou pessoas que, a qualquer título, interessem-se pelo assunto e possam participar do certame;

d) organizar os serviços de secretaria e publicidade do Congresso;

e) escolher os Relatores;

f) receber os trabalhos apresentados ao Congresso e distribuí-los aos Relatores;

g) recolher a documentação do certame e transmiti-la, ordenada e classificadamente, a Secretaria do Conselho Nacional de Trânsito, para os devidos fins;

h) apresentar ao Conselho Nacional de Trânsito relatório circunstanciado das ocorrências do Congresso, inclusive da parte financeira;

i) expedir os convites na forma do artigo 8º.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º. Serão participantes do Congresso:

- a) Membros Natos;
- b) Delegados;
- c) Assessores-técnicos;
- d) Observadores.

§ 1º. O Presidente da República será considerado Presidente de Honra do Congresso.

§ 2º. O Ministro da Justiça, o Ministro dos Transportes, o Governador, o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal do Estado e do Município onde se realizar o Congresso, serão considerados Membros Honorários.

Art. 6º. Serão Membros Natos os componentes do Conselho Nacional de Trânsito e do Conselho Estadual de Trânsito onde se realizar o Congresso.

Art. 7º. Serão Delegados até três Representantes de cada Órgão do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 1º. Os Delegados, quando autorizados pela Comissão Organizadora, poderão fazer-se acompanhar de Assessores técnicos que participarão dos debates nas Comissões.

§ 2º. As credenciais das Delegações mencionarão os nomes dos respectivos Chefes, além dos demais componentes.

Art. 8º. Serão Observadores, os representantes nessa qualidade designados por instituições de direito público ou privado e os técnicos especialistas em assuntos de trânsito.

Art. 9º. Os participantes incluídos nas categorias "a" e "b" do Art. 5º, terão direito à voz e voto; os da categoria "c" somente à voz e os da categoria "d" à voz, quando solicitada pelos Membros Natos ou Delegados e autorizada pelo Presidente da Mesa.

CAPÍTULO V

DA SESSÃO PRELIMINAR

Art. 10. Os Chefes das Delegações realizarão Sessão Preliminar, com a seguinte finalidade:

- a) entrega de credenciais;
- b) constituição das Comissões e distribuição dos trabalhos;
- c) fixação da data da Sessão de Encerramento do Congresso;
- d) assuntos diversos.

Parágrafo Único. A Presidência da Sessão Preliminar caberá ao Presidente do Conselho Nacional de Trânsito.

CAPÍTULO VI

DA DIREÇÃO

Art. 11. O Presidente do Conselho Nacional de Trânsito será o Presidente do Congresso, sendo substituído, nas suas faltas ou impedimentos, por membro do Conselho Nacional de Trânsito, por ele designado.

Art. 12. O Conselho Nacional de Trânsito designará o Secretário Geral do Congresso, ao qual compete promover os serviços de secretaria e publicidade.

CAPÍTULO VII

DAS COMISSÕES

Art. 13. As Comissões serão constituídas por membros do Congresso que delas queiram participar.

§ 1º. O Presidente, Vice-Presidente e Secretário de cada Comissão, serão escolhidos entre os Membros Natos e Delegados que as integrem.

§ 2º. Os Relatores das Comissões serão escolhidos, antecipadamente, pela Comissão Organizadora do Congresso, e nos relatórios que apresentarem, deverão propor as conclusões recomendáveis.

Art. 14. As Comissões poderão constituir Sub-Comissões, para os estudos dos temas que lhes sejam atribuídos.

Art. 15. Das atas das Comissões deverão constar as conclusões a serem levadas às Sessões Plenárias.

Art. 16. Aos Presidentes das Comissões caberá o voto de desempate, além do comum.

Art. 17. O Presidente do Congresso designará uma Comissão de Redação e o Relator Geral do Congresso.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18. Compete ao Presidente do Congresso:

- a) presidir as Sessões e submeter ao Plenário os assuntos constantes da Ordem do Dia;
- b) conceder a palavra, quando de direito, aos que a solicitarem;
- c) resolver questões de ordem, submetendo-as à decisão do Plenário, quando julgar conveniente;
- d) submeter à votação os assuntos já discutidos e anunciar os resultados;
- e) fixar a Ordem do Dia das Sessões Plenárias;
- f) convocar os Chefes das Delegações, sempre que os assuntos o requeiram;

g) promover o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 19. Compete ao Secretário-Geral do Congresso:

- a) organizar, dirigir e coordenar os trabalhos da secretaria;
- b) receber, distribuir e responder a correspondência oficial;
- c) designar auxiliares da secretaria para as Sessões e Comissões;
- d) distribuir, antes de cada Sessão, cópias das atas da Sessão anterior e das conclusões das Comissões a serem submetidas ao Plenário;
- e) redigir e distribuir as Ordens do Dia, de acordo com as instruções do Presidente;
- f) distribuir aos Relatores, com a devida antecedência, cópias dos trabalhos apresentados;
- g) organizar a composição da Mesa das Sessões Preliminar, Solenes e Plenárias.

CAPÍTULO IX

DAS SESSÕES

Art. 20. As Sessões realizar-se-ão em locais e horas estabelecidos no Programa do Congresso.

Art. 21. O "quorum" das Sessões Plenárias e das Comissões, deverá apresentar a maioria dos participantes com direito a voto, que as integrem.

Art. 22. No início de cada Sessão proceder-se-á a leitura da ata da Sessão anterior, salvo decisão contrária do Plenário.

Parágrafo único. As observações ou retificações apresentadas a ata da Sessão anterior, uma vez aprovadas, constarão da ata da Sessão em curso.

Art. 23. Constarão da Ordem do Dia das Sessões Plenárias as conclusões aprovadas pelas Comissões, depois de apreciadas pela Comissão de Redação.

Art. 24. Nas Sessões Plenárias o voto será por membros do Conselho Nacional de Trânsito e por Delegações.

Parágrafo único. Ao Presidente caberá o voto de desempate, além do comum.

Art. 25. Os votos em separado, deverão ser apresentados por escrito, dando o interessado ciência à mesa dessa intenção.

Art. 26. Na Sessão de Encerramento, o Presidente comunicará o local em que deverá ser realizado o próximo Congresso, consultados, previamente, os Chefes das Delegações.

CAPÍTULO X

DOS TRABALHOS

Art. 27. Os trabalhos a serem apresentados ao Congresso deverão relacionar-se, diretamente, com os assuntos constantes do teor e compreenderão:

- a) Teses;
- b) Memórias;
- c) Comunicações;
- d) Indicações.

§ 1º. Para efeito deste artigo considera-se:

a) **TESSES** são trabalhos inéditos, que contenham contribuições próprias do autor e que apresentem conclusões que se destinem ao aperfeiçoamento da técnica ou da administração inerente ao trânsito;

b) **MEMÓRIAS** são trabalhos relativos à teoria, prática e experimentação, quer no campo técnico, quer no administrativo e indiquem métodos, processos ou soluções que objetivem o aprimoramento do trânsito, em forma de conclusões, que serão, como as das teses, apreciadas pelo Congresso;

c) **COMUNICAÇÕES** são informações de caráter técnico ou administrativo, relativos a assuntos de trânsito, que se destinem ao conhecimento dos participantes do Congresso;

d) **INDICAÇÕES** são proposições suscitadas, de caráter técnico ou administrativo, relativas a assuntos de trânsito.

§ 2º. As Teses e Memórias deverão ser entregues à Comissão Organizadora, em número e forma estabelecidos pela referida Comissão, com antecedência de dez dias da abertura do Congresso.

§ 3º. As Comunicações e Indicações só poderão ser encaminhadas pelos Chefes de Delegações, por escrito e justificadamente, e deverão ser entregues à Secretaria-Geral.

§ 4º. Caberá ao Presidente encaminhar as Comunicações às

às Comissões respectivas, que julgarão da conveniência ou não de transmiti-las ao conhecimento do Plenário.

§ 5º. Em caráter excepcional, poderão tais Comunicações, ou Indicações, serem entregues diretamente ao Presidente das Comissões, durante o transcurso dos trabalhos.

§ 6º. Os trabalhos apresentados deverão, em seu preâmbulo conter referência expressa ao capítulo e ítem do programa ao qual se relacionarem.

Art. 28. Todas as conclusões do Congresso serão consideradas Recomendações, depois de apreciadas pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 29. A critério da Comissão Organizadora, poderão ser realizadas conferências, sobre temas relativos ao Congresso.